

Embates pelo poder: o cenário político em Mato Grosso após a Proclamação da República

Gilmara Yoshihara Franco*

A transformação política no Brasil, por ocasião do golpe que pôs fim à Monarquia em 15 de Novembro de 1889, propiciou, em Mato Grosso, a recomposição das forças políticas e a emergência de novas lideranças. Naquele momento, dois grupos protagonizaram embates pelo controle do poder no estado: de um lado, o Partido Nacional, depois renomeado Partido Nacional Republicano, que tinha à frente Antônio Maria Coelho, militar indicado pelo governo republicano para ocupar a Presidência de Mato Grosso, e, de outro, o Partido Republicano, comandado por Generoso Paes Leme de Souza Ponce e pelos irmãos Manoel e Joaquim Murinho. As disputas entre esses dois grupos se arrastaram até 1892 e terminaram com um enfrentamento armado. Objetivando compreender esse tumultuado momento da política local, o presente artigo se propõe a analisar como esses grupos se articularam e quais as respectivas estratégias de que eles lançaram mão na tentativa de controlar a política em Mato Grosso.

Introdução

A Proclamação da República no Brasil foi saudada como um tempo promissor. Os entusiastas referiam-se ao novo regime como uma “evolução inevitável”, fruto do movimento que extirpou a “flor exótica” que existia na América. Periódicos que apoiavam a mudança, como *O Paíz*, registraram que a “revolução” havia se desenrolado dentro da ordem, sem derramamento de sangue. Para este jornal, ao Governo Provisório, formado pela união dos

*Doutoranda em História - UNESP/Franca. Bolsista FAPESP. gilmara_franco@yahoo.com.br

Palavras-chave: República. Mato Grosso. Política.

The political transformation in Brazil due to the Coup d'état that ended the Monarchy on November 15, 1889, resulted in the recomposition of the political forces and the emergence of new leaderships in Mato Grosso. At that time two groups fought for power in the State: on one side the National Party (Republican) which had as leader Antonio Maria Coelho, a military appointed by the Republican government for the presidency of Mato Grosso and

on the other side, the Republican Party, led by Generoso Paes Leme de Souza Ponce and by Manoel and Joaquim Murtinho brothers. The disputes between these two groups dragged until 1892 and ended in an armed confrontation. In order to understand this tumultuous period in the politics of Mato Grosso, this article aims to analyze how these groups have articulated themselves and which strategies they used in trying to control politics in the state.

Keywords: Republic. Mato Grosso. Politics.

representes do “povo” e da Armada, cabia a “missão” de “garantir a ordem pública e os direitos dos cidadãos”.¹

Todavia, para além do entusiasmo das manchetes de jornal, a emergência do regime republicano descortinou um cenário complexo em que ocorreram inúmeras composições, recomposições e disputas por espaços de poder, tanto em nível federal como nos estados, envolvendo novos e velhos atores políticos que passaram a buscar o seu “lugar sob sol” da República.

Desse modo, num momento em quem a República ainda se caracterizava como um *vir a ser*, sem uma feição jurídica e ideológica definidas, e mesmo após a promulgação da primeira Constituição Republicana, em 1891, os anos iniciais do regime são caracterizados pelo desdobramento do processo de (re)significação dos valores que dariam forma à cultura política republicana, por intensas disputas pelo controle do político, verificadas em todas as esferas, podendo ser percebidas como processo complexo e heterogêneo de acomodação de poderes e pela definição dos papéis que cada grupo desempenharia em face do novo regime.

No caso de Mato Grosso², a República, que foi reverenciada e recebida sem qualquer questionamento, em pouco tempo transformou-se num campo de

¹ OLL (Oliveira Lima Library). Proclamação. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 16 de nov. de 1889, s/p.

² Até o ano de 1977, o Estado do Mato Grosso compreendia desde a divisa com o Estado do Amazonas, ao norte, até a divisa com os Estados de São Paulo e Minas Gerais, no sudeste e Paraná, ao sul, numa extensão aproximada de 1.500.000 Km². A partir daquela data, a região foi desmembrada. No sul do Estado surgiu, então, o Estado de Mato Grosso do Sul. Neste texto, ao mencionarmos Mato Grosso, estamos nos referindo ao Estado íntegro, indiviso, uma vez que o objeto em análise se localiza temporalmente na virada do século XIX para o XX.

batalhas que mobilizou estratégias diversas, por parte dos grupos que pleiteavam o controle político. Entre os anos de 1889 a 1917, a formação de alianças partidárias efêmeras, sedições e recomposições foram comuns ao jogo político local. Ao longo desse período, onde somente um dos Presidentes do estado, Joaquim Augusto Corrêa da Costa, 1911-1914, cumpriu o seu mandato na integralidade, a palavra capaz de sintetizar a experiência republicana foi: instabilidade.

Ao longo dessa conturbada etapa, nos chamou a atenção o papel que o uso da imprensa escrita desempenhou para instrumentalizar discursos e conferir uma aura de legitimidade às pretensões de cada um dos partidos em disputa pelo poder. Um outro aspecto instigante diz respeito à disposição dos grupos em partir para o confronto armado, ou para garantir sua permanência no controle da política local ou para tentar usurpar o poder quando impedido de obtê-lo pelas vias legais. Desse modo, neste artigo, nos deteremos, particularmente, na análise do uso da imprensa periódica - jornais - e dos enfrentamentos armados como parte das estratégias utilizadas pelos grupos/partidos para se estabelecerem no controle do mando. A argumentação aqui aventada parte do pressuposto de que a análise da disputa pelo controle do poder verificada em Mato Grosso, nos anos imediatamente posteriores à Proclamação da República, oferece subsídios para compreender a dinâmica e os valores que se tornaram comuns às práticas políticas locais vivenciadas ao longo de toda a Primeira República.

Pelos jornais: a instabilidade política nos primeiros anos da República em Mato Grosso

Na noite de oito de dezembro de 1889, a elite mato-grossense estava reunida em Cuiabá num baile em homenagem ao Império.³ Estavam presentes na comemoração ninguém menos que o Presidente da Província, Cunha Matos, e o Presidente da Assembleia Provincial, Generoso Paes Leme de Souza Ponce.

Na madrugada seguinte, poucas horas após o término no baile, as informações que davam conta da queda da Monarquia e colocavam os mato-grossenses

³ A bibliografia consultada apresenta duas versões para o baile ocorrido naquele 08 de dezembro: a primeira registra que a festa tinha como objetivo homenagear o Império, mais especificamente em comemoração ao aniversário de D. Pedro II; e a segunda era que a festa tinha por objetivo saudar Generoso Ponce por ter conquistado a Presidência do Legislativo Provincial.

a par do início da República chegaram a Mato Grosso. Ao receber as notícias trazidas pelo paquete⁴ que fazia o transporte entre o Rio de Janeiro e Cuiabá, emissários logo foram avisar os interessados e, como “rastilho de pólvora”, a notícia se espalhou pela cidade.

À 1 hora da madrugada de 9 de dezembro, fora acordado o redator [do jornal *A Gazeta*] pelos cidadãos tenente coronel José Marques Fontes e Majores Ernesto Frederico de Oliveira e André Virgílio Pereira de Albuquerque, com a notícia da queda da monarquia e proclamação da República a 15 de novembro⁵.

Na correspondência, o Presidente do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, indicava o então Brigadeiro Antônio Maria Coelho para o governo de Mato Grosso. Nesse mesmo dia, Generoso Paes Leme de Souza Ponce, Presidente da Assembleia Provincial decaída, convocou uma reunião para oficializar a República e referendar a indicação do novo governante aclamar a República. Não é demais lembrar que nesse evento, encontravam-se, basicamente, as mesmas lideranças presentes no baile da noite anterior, todavia, o motivo da nova reunião era paradoxalmente oposto.

Em seu pronunciamento, Antônio Maria Coelho, o escolhido para representar a nova ordem em Mato Grosso, bradou:

Viva a República dos Estados Unidos do Brasil! Viva o Estado de Mato Grosso! Mato-grossenses, enfim é livre a terra de Colombo. A planta exótica que ainda existia feneceu no glorioso dia 15 de novembro. Está proclamada a República na nossa estremecida pátria, e Mato Grosso já não é mais a Província de uma monarquia. É, sim, um estado de uma República ligada às suas irmãs pelos laços da Federação⁶.

Embora não nos seja possível tecer considerações sobre o alcance que as reivindicações do movimento republicano tinham em meio à população mato-grossense, quanto à elite, sabe-se que estava ciente das duras críticas que Im-

⁴ Em 1889, o serviço de telégrafo ainda não havia entrado em funcionamento em Mato Grosso; desse modo, o transporte de mercadoria, pessoas e correspondências era feito através de paquetes. Paquetes eram embarcações de médio calado e constituíam-se como o principal meio de comunicação entre Cuiabá, a capital de Mato Grosso, e outras regiões.

⁵ MENDONÇA, Rubens. *História do poder Legislativo em Mato Grosso*. Cuiabá: Assembléia Legislativa, 1968, p. 36.

⁶ A *Gazeta* apud ROCHA, Jucá Pedra. *Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história*. Cuiabá, MT: Aroe, 2009, p. 79.

pério sofria, especialmente pela imprensa, bem como acerca do movimento republicano propriamente dito, que, especialmente após abolição da escravidão, ganhava força na Capital do Império e em outras regiões do país.⁷

A indicação do nome de Antônio Maria Coelho, que no antigo regime esteve filiado ao Partido Liberal⁸, não encontrou, inicialmente, nenhuma resistência entre os políticos mato-grossenses. Todavia, não tardou ocorrer intensa movimentação política, com vistas a fomentar (re)arranjos, formar novos grupos e pleitear espaços de poder.

Com a extinção dos partidos imperiais, um novo sistema representativo começou a ser formado. Assim, objetivando se alinhar aos novos pressupostos políticos, dois novos partidos surgiram no início do ano de 1890 em Mato Grosso, foram eles: 1) o Partido Nacional, criado pelo General Antonio Maria Coelho, e 2) o Partido Republicano, fundado por Generoso Paes Leme de Souza Ponce, reunindo as forças opositoras.

Em torno do Partido Republicano, além da presença do fundador Generoso Ponce e dos irmãos Manoel e Joaquim Murtinho, estavam também Virgílio Al-

⁷Em Mato Grosso, o periódico voltado para a divulgação da ideia republicana era A República. O jornal, embora não realizasse ataques radicais contra a Monarquia, trazia artigos sobre as atividades do movimento republicano dos grandes centros do país, especialmente o do Rio de Janeiro. Além das notícias veiculadas via imprensa, a “distante” província era conhecida como local das “deportações” de militares envolvidos nos questionamentos ao Império. Prova disso foi o envio de Deodoro da Fonseca para a região. Também vieram para Mato Grosso, nessa mesma época, “alguns oficiais que [eram] declaradamente republicanos.” Desse modo, é possível inferir que a elite mato-grossense estava muito bem informada sobre os desdobramentos da crise do Império. Sobre o assunto, ver: MAGALHÃES JUNIOR, Raymundo. *Deodoro, a espada contra o Império: o aprendiz de feiticeiro (da Revolta Praieira ao Gabinete Ouro Preto)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1957, p. 346.

⁸Antônio Maria Coelho era filho de militar e nasceu em Cuiabá a 08 de setembro de 1827. Lutou na Guerra do Paraguai e foi comandante da tropa responsável pela retomada de Corumbá em 1867. As referências sobre sua trajetória política anterior à Proclamação da República são bastante exíguas. No Arquivo Geral do Exército, no Rio de Janeiro, onde consta uma pasta com todo o histórico de sua atuação como militar: promoções, nomeações, etc, não há qualquer menção as suas atividades políticas. No opúsculo, de autoria de Agostinho Francisco Ribeiro (1890), as menções sobre a atuação política de Antonio Maria Coelho se restringem ao ano de 1889, ocasião em que o Partido Liberal indicou nomes em uma lista tríplice para uma vaga ao Senado por Mato Grosso; o nome de Antonio Maria Coelho, que havia sido cotado para figurar nessa lista foi retirado. Em seu lugar, o indicado foi Joaquim Murtinho. Sobre a biografia de Antônio Maria Coelho, ver: RIBEIRO, Francisco Agostinho. *Traços Biográficos do General de Divisão Antonio Maria Coelho*. Cuiabá: Tipografia do Estado, 1890. Apontamentos.

ves Correa, Antônio Correa da Costa, Pedro Celestino Correa da Costa e Antônio Francisco Azeredo. Já em torno do Partido Nacional, do então governador de Mato Grosso, estavam seu sobrinho e também militar, major Antônio Aníbal da Motta, o republicano histórico José da Silva Rondon (que depois passariam para o lado de Ponce), Francisco Antonio Ribeiro, Cel. Caetano de Faria e Albuquerque e Luís Benedito Leite.

A partir de então, um cenário complexo que envolvia partidos políticos insipientes e atores políticos fortes, capazes de influenciar e mobilizar poder econômico, prestígio político e homens armados dispostos a lutar, passou a compor, por excelência, o universo político do estado. Nota-se que os componentes desses grupos, que na sua grande maioria apoiavam e se beneficiavam da estrutura imperial, agora tentavam se adequar aos novos tempos sem perder a influência anteriormente conquistada. Com o intuito de ascender politicamente tanto na esfera estadual quanto federal, esses novos grupos não hesitavam em estabelecer acordos e, em pouco tempo, rompê-los em face de uma conjuntura política instável que marcou o Brasil após a Proclamação da República.

Embora a Constituição Republicana de 1891 tenha instituído um arcabouço legal afinado com os novos tempos, a ideia de partido e mesmo a sociabilidade através dessa forma de expressão social aos moldes do pressuposto republicano só foi aos poucos sendo assimilada pelo grosso da população; isso porque não houve uma ruptura com o caráter excludente que caracterizara a política brasileira até aquele momento.

No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pelo senso, seja pela exigência de alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordens religiosas. Ficava de fora da sociedade política a grande maioria da população. A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se esse direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente *antidemocrática* e resistente a esforços de democratização⁹.

⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 44/45.

O início do novo regime, que ganhava forma a partir de ideias e concepções bastante heterogêneas sobre o modelo republicano a ser instituído, suscitou disputas entre os diversos grupos, como civis, militares, jacobinos e republicanos históricos, que estiveram unidos, momentaneamente, por ocasião da Proclamação. Mesmo no interior dos partidos, ocorreram disputas e dissidências em torno do projeto de poder a ser estabelecido, o que evidencia que mesmo naquele espaço diminuto (o partido) havia grupos com ideologias distintas.

Os grupos dominantes que disputavam o poder tinham diferentes percepções sobre a República a ser implantada e, conseqüentemente, distintas expectativas sobre seu destino. Essas expectativas adquiririam contornos mais nítidos no desenrolar da própria história, não sendo, portanto, fundamentos de um projeto previamente definido.

Podemos identificar pelo menos três concepções de República no Brasil do fim do século XIX. Primeiramente, a de uma República federativa e presidencialista (...). Em segundo lugar, (...), os novos militares acreditavam que só uma verdadeira ditadura republicana regeneraria os organismos sociais corrompidos. (...) Por último, havia os que viam na República parlamentarista (...) a melhor forma de governo¹⁰.

Em Mato Grosso, nomes como Generoso Ponce e Manoel Murtinho e tantos outros republicanos de “última hora” compreenderam logo que aderir significava sobreviver politicamente. Esses atores, muitos dos quais políticos influentes ao longo do Império aderiram à causa republicana e incorporaram-se às siglas partidárias que surgiram como forma de não ficarem alheios ao cenário político que se iniciava.

Ser adesista representava, em última instância, trazer para o jogo político republicano concepções de sociedade e de fazer política bastante arraigada ao longo da história colonial e imperial do Brasil. Essas estruturas mentais, ligadas a uma sociedade agrária, comandadas por diferentes formas de coronelismo, dialogaram longamente com as muitas interpretações de República que se pensava aplicar no Brasil.

Uma consideração distinta pode ser tecida em relação a Joaquim Murtinho¹¹. Enquanto esteve vinculado ao Partido Liberal, no final do Império, teve

¹⁰ JANOTTI, Maria de L. M. *Sociedade e política na Primeira República*. São Paulo: Atual, 199, p. 17.

¹¹ Dentre os membros da família Murtinho, os que tiveram atuação política mais destacada foram

reiteradamente vetada sua entrada na vida política, o que acabou aproximando-o das aspirações republicanas. As investidas de Murтинho sempre foram barradas pelos “figurões” do Partido Liberal do Rio de Janeiro. Por ocasião da última eleição do regime imperial, em agosto de 1889, por exemplo, a candidatura de Murтинho ao Parlamento Imperial foi preterida pela indicação do famoso jornalista carioca Carlos de Laet. Uma possível explicação ao veto pode estar relacionada às polêmicas que estabeleceu com Imperador, através do *Jornal do Comércio* na defesa dos princípios da homeopatia ou mesmo de sua vinculação ideológica ao *spencerianismo* que mais o aproximava de movimento republicano que o vinculava aos valores da Monarquia. Joaquim Murтинho também foi preterido para uma cadeira no Senado, pouco antes da queda do antigo regime.

Assim, o início do regime republicano, já gozando de respeitável prestígio e com acesso a nomes da elite republicana, entre os quais Deodoro da Fonseca, seu ilustre paciente, Francisco Glicério e Manoel Vitorino, representou um novo recomeço para as pretensões políticas de Joaquim Murтинho. Para viabilizar seu projeto passou a atuar em duas frentes: a primeira delas era estreitar vínculos com os republicanos e construir uma teia de relações, na capital da República, que o favorecesse politicamente; a segunda era alinhar uma aliança, em seu estado natal, que desse sustentação às suas intenções de poder. Para isso, aliou-se a Generoso Ponce, figura capaz de mobilizar as forças políticas em Mato Grosso, para juntos, viabilizarem a disputa por espaço político naquele estado, em prol do PR local.

Os partidos, via de regra, formados por homens de prestígio político e econômico, aglutinavam em torno si enormes parentelas, que seguiam a um poder que precedia a ideia de Partido Republicano. Diante da falta de uma sociabilidade política fomentada pelo “partido”, a estratégia adotada pelas lideranças foi apelar para os jornais como forma de sociabilizar ideias, legitimar interesses, esclarecer os partidários das contendidas que se passavam nos bastidores do poder.

Assim como em outros estados, em Mato Grosso, quando do início das formações partidárias alinhadas ao novo regime, observa-se a união entre repu-

Manoel e Joaquim Murтинho, o primeiro ascendeu politicamente a partir do exercício da atividade jurídica em Cuiabá; o segundo, de acordo com as escassas fontes disponíveis sobre sua vida pessoal, permaneceu em Mato Grosso até os treze anos de idade, época em que foi para o Rio de Janeiro. Na Corte, bacharelou-se em medicina e, concomitantemente, passou a atuar politicamente.

blicanos adesistas e republicanos históricos. Nesse estado, esse tipo de aliança foi comum aos dois partidos que passaram a disputar espaço de poder, imediatamente após a chegada das notícias da Proclamação da República.

Desse modo, as ambições de dois grupos distintos, ambos tentando se firmar no cenário político de contornos mal definidos, instituído em 15 de Novembro, tornaram-se latentes. De um lado, Antônio Maria Coelho, indicado por Deodoro, gozando de prestígio frente aos mato-grossenses em face de sua nomeação, com laços de parentesco e amizade junto às principais bases locais do exército – Cuiabá e Corumbá; de outro, Generoso Ponce e os irmãos Murтинho, que tinham a política como seus horizontes de atuação e buscavam, por isso, estabelecer um projeto sólido e duradouro de poder. Começou aí uma verdadeira queda de braço.

Nessa disputa, que durou até maio de 1892, muitos foram os lances de lado a lado para a tomada efetiva de poder e a instituição de bases minimamente consistentes para o estabelecimento da República em Mato Grosso.

Como a vida e as discussões partidárias se restringiam a um pequeno número de atores, os debates e embates ganharam visibilidade por meio da imprensa local. O uso de jornais como instrumentos de luta política tornou-se uma prática recorrente em Mato Grosso ao longo da Primeira República. Os grupos políticos protagonizaram discussões viscerais e empolgantes. Os jornais, que muitas vezes traziam logo abaixo do título, na primeira página, o nome do partido ao qual se vinculavam, tornaram-se porta-vozes dos interesses em jogo. Entre os muitos periódicos que atuaram nesse sentido, destacamos, nos anos iniciais da República, *O Matto Grosso* e *O Quinze de Novembro*.

Circulando desde 1879, com o nome de *A Província de Matto Grosso*, logo após a mudança de regime, o periódico passou a ser publicado com a denominação de *O Matto Grosso*, e tornou-se o porta-voz do Partido Republicano¹². Já em 20 de agosto de 1890¹³, essa vinculação tornou-se explícita. Na primeira página, logo abaixo do nome, aparecia grafada a expressão “Órgão do Partido Republicano”. *O Matto Grosso*, desse modo, se firmou como grande crítico da atuação do governo

¹² JUCÁ, Pedro Rocha. *Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história*. Cuiabá, MT: Aroe, 2009, p. 62.

¹³ APMT (Arquivo Público do Estado de Mato Grosso). *O Matto Grosso*. Cuiabá: 20 de ago. de 1890.

do estado. De outra parte, o Presidente Antônio Maria Coelho lançou o jornal *O Quinze de Novembro* e fez dele sua trincheira de combate aos opositores.

Em um dos momentos que marcam o início da polarização entre os grupos que disputavam o poder no estado, Joaquim Murtinho, orador eloquente e mordaz, utilizando-se das páginas d'*O Matto Grosso*, fez publicar, em 13 de abril de 1890, nas duas primeiras páginas, duro questionamento à forma de condução do governo por parte de Antônio Maria Coelho. Em seu artigo, Murtinho convocava os “concidadãos” mato-grossenses a ingressarem no Partido Republicano, argumentando que “no partido (...) o elemento ativo de organização [era] o cidadão que representa a fonte e origem de todo movimento político. No partido nacional [...], o cidadão foi anulado, o presidente chamou a si e exerceu os direitos de eleitor”¹⁴.

O debate pelos jornais avolumou-se dia a dia, especialmente diante da aproximação da primeira eleição republicana, destinada a eleger deputados e senadores para redigir a Carta Constitucional do novo regime, marcada para 15 de setembro de 1890.¹⁵

Diante da iminência do primeiro pleito republicano, os partidos começam a discutir aqueles que, dentre os seus membros, poderiam lançar-se para as vagas do Senado e da Câmara Federal. Pelo Partido Republicano, destacaram-se as manifestações de Joaquim Murtinho e Antônio Azeredo. O primeiro, lançando de maneira sutil sua candidatura ao Senado, afirmava:

(...) quanto a mim, repito mais uma vez, (...) *não sou candidato a cargo político do Estado de Matto Grosso, só com sacrificio, com muito sacrificio*, embora com muita honra *poderia aceitar um lugar entre os representantes do povo*, se o Estado de Mato Grosso julgasse necessários os meus serviços. Tenho vivo

¹⁴ APMT. MURTINHO, Joaquim. Aos meus concidadãos. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 13 abr.1890, pp.1-2.

¹⁵ O Decreto 511, de 23 de junho de 1890, denominado Regulamento Alvim, dispôs sobre as primeiras eleições para a formação do legislativo republicano. Segundo essa norma, para o Senado, cada Estado elegeria 3 representantes; já para a Câmara Federal, o critério que determinava o número de representantes baseava-se no contingente populacional de cada Unidade Federada. Por esse critério, coube a Mato Grosso eleger 2 representantes. A forma estabelecida criou uma hierarquia de poder entre as unidades que compunham a Federação e fortaleceu politicamente estados como Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, detentores das maiores bancadas. Para maiores detalhes ver: Decreto n. 511, Superior Tribunal Eleitoral, 1890. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>>. Acesso em: 28 de junho de 2012.

interesse pela sorte da república em Matto Grosso independente, porém, de qualquer cargo político (...), (grifos meus).¹⁶

Antônio Azeredo¹⁷, que também não ia a Cuiabá, lembrou todo o trabalho realizado como jornalista no Rio de Janeiro, ainda no tempo do Império, no intuito, segundo ele, de trazer melhorias para sua terra natal. Anunciando-se ostensivamente na disputa pela representação por Mato Grosso, escreveu:

Republicano desde os bancos acadêmicos e aspirando um lugar na representação nacional pela terra em que nasci, estou convencido de que qualquer outro mattogrossense a representará melhor do que eu, mas também estou convencido que ninguém o fará com amor nem lealdade.¹⁸

Nessa mesma publicação, Joaquim Murтинho fez uma contestação explícita à candidatura do Major Caetano de Albuquerque que era membro do Partido Nacional e apoiado pelo então Presidente de Mato Grosso, Antônio Maria Coelho. Embora candidato pelo partido adversário, a recusa contra o nome do militar dava-se nos seguintes termos: “podemos bater a candidatura do Sr. Caetano de Albuquerque, não por motivos pessoais, mas porque o ilustre cidadão professa princípios que julgamos perniciosos ao estado e a República”¹⁹; todavia, a publicação não apresentava razões ou argumentos que explicitassem os *princípios perniciosos* que motivaram o ataque.

Embora se possa observar pelos jornais uma crescente defesa de posição de lado a lado, houve uma tentativa de aproximação entre as agremiações partidárias. O propósito do diálogo era buscar a formação de uma chapa comum para a primeira eleição para o legislativo federal, marcada para 15 de setembro de 1890.

¹⁶ APMT. MURТINHO, Joaquim. Meus caros concidadãos. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 15 jul. 1890, p. 1-2.

¹⁷ O bacharel em Direito e jornalista Antônio Francisco Azeredo, assim como Joaquim Murтинho, atuou politicamente a partir do Rio de Janeiro, ou seja, mesmo sendo representante de Mato Grosso pouco vezes ia ao estado. Embora não se tenha dúvidas quanto ao protagonismo exercido por Azeredo na política republicana, tanto na Câmara Federal (1890 - 1896) como no Senado (1897 -1930) ainda faltam estudos para dimensionar sua atuação política, especialmente no diz respeito às alianças que ele estabeleceu com frações da oligarquia mato-grossense.

¹⁸ APMT. AZEREDO, Antônio. Ao eleitorado de Matto-Grosso. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 15 jul. 1890, p. 2.

¹⁹ APMT. MURТINHO, Joaquim. Meus caros concidadãos. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 15 jul. 1890, p. 2

Ao que tudo indica a iniciativa do diálogo não partiu das lideranças mato-grossenses. É provável que a aproximação tenha sido mediada por Deodoro da Fonseca, uma vez que este possuía vínculos com membros dos dois lados em litígio. Joaquim Murtinho era seu médico particular e Antônio Maria Coelho e Caetano de Albuquerque eram companheiros de caserna. Havia por parte do Deodoro, conforme consta de matéria em *O Quinze de Novembro*²⁰, interesse na eleição tanto de Joaquim Murtinho quanto de Caetano de Albuquerque. Portanto, é provável que tenha partido do próprio Marechal Presidente a tentativa de entendimento entre os grupos.

Assim, em torno de uma proposta conciliatória, as duas agremiações partidárias se reuniram no Teatro da capital, Cuiabá, em 27 de julho de 1890. Nesse encontro, ficou resolvida a dissolução do Partido Nacional (de Antônio Maria Coelho), a formação de uma única comissão executiva e a ratificação do Partido Republicano como agremiação que congregava todas as lideranças políticas do estado. À frente do Partido, dois adesistas: um antigo liberal, Generoso Ponce, e um antigo conservador, padre Antonio Henrique de Carvalho Ferro.

Numa outra reunião, ocorrida na casa de Generoso Ponce e relatada n' *O Matto Grosso*, de 04 de agosto de 1890, a cúpula da nova versão do Partido Republicano decidiu quais seriam os nomes que iriam compor a chapa para a Câmara e o Senado Federal. Os membros da Comissão se pronunciaram para indicar os nomes que formariam a chapa. Na indicação feita por Joaquim José Pinho (antigo PN), sobressaiam nomes ligados ao grupo de Antônio Maria Coelho, e na indicação feita por Manoel Murtinho (irmão do Joaquim Murtinho), os que vinham do antigo Partido Republicano. Embora seja notória a continuidade da divisão, cabe observar que entre os nomes que figuravam na chapa sugerida por Manoel Murtinho (antigo PR) estava o de Antônio Maria Coelho (antigo PN) para o Senado e não constava o nome do Major Caetano de Albuquerque.

Percebe-se também que a estratégia de Manoel Murtinho, então Vice-Presidente de Mato Grosso²¹, tinha dois objetivos: 1) ao indicar o nome do General

²⁰ A referida matéria é parte das justificativas dadas pelo Major Caetano de Albuquerque à deposição do governo de Manoel Murtinho, ocorrida em 01 de fevereiro de 1892. Cf. APMT. ALBUQUERQUE, Caetano M. F. O deputado Caetano de Albuquerque e a lógica do Sr. Manoel Murtinho. *O Quinze de Novembro*, Cuiabá, 14 de fev. 1892, p. 1-2.

²¹ A informação da nomeação de Manoel Murtinho para o cargo de primeiro Vice-Governador de

Antônio Maria Coelho para o Senado, afastava-o de Cuiabá, posto que, após a eleição, que era iminente, este teria que se deslocar para o Rio de Janeiro. Assim, Manoel Murinho assumiria o controle do estado e, de quebra, barraria a crescente influência de Antônio Maria Coelho que, já velho, não teria, àquela altura, condições físicas de exercer a atividade política por muito mais tempo; 2) ao não indicar o nome do Major Caetano de Albuquerque, minava ainda mais a influência dos membros do antigo Partido Nacional.

Entretanto, enquanto transcorria a reunião, Antônio Maria Coelho foi consultado sobre a indicação de seu nome e declinou da possibilidade de concorrer a uma das três vagas para o Senado. Ao final da sessão, ficou acordado que concorreriam para o Senado: Joaquim Duarte Murinho (do antigo PR), Aquilino Leite do Amaral (ex-PN) e Antonio Pinheiro Guedes (ex-PN). Para a Câmara Federal foram indicados os nomes de Antonio Francisco de Azeredo (antigo PR) e João Moraes de Mattos.²²

O desfecho da reunião deixa claro que a recusa de Antônio Maria Coelho significava sua firme definição de permanecer em Mato Grosso, e que as restrições dos partidários de Generoso Ponce quanto à indicação do Major Caetano de Albuquerque também não se desfizeram. Ao fim, o acordo de costura frágil, ao não conseguir uma solução consensual, pôs em xeque a aliança estabelecida entre as forças que tentavam formar a coalizão.

A convergência entre as lideranças se desfez em poucos dias, o Partido Nacional foi restabelecido com o nome de Partido Nacional Republicano e buscou fortalecer suas posições políticas no estado. Em atitude que denota o enrijecimento de sua postura em face da aproximação das eleições, o Presidente Antônio Maria Coelho adotou uma dupla estratégia, e a primeira delas foi indicar os representantes dos diretórios municipais encarregados de fiscalizar as eleições e, depois, aumentar o contingente policial nos principais redutos eleitorais do estado. Como resultado obteve expressiva vitória nas urnas.

O pleito resultou na eleição de Antonio Pinheiro Guedes, Aquilino Amaral e Joaquim Murinho para o Senado, e Antonio Azeredo e o Major Caetano Ma-

Mato Grosso aparece em *O Matto Grosso*. A matéria narra a resistência de Antônio Maria Coelho em publicar o Ato de Nomeação. Todavia, a leitura do referido jornal não nos permitiu identificar, até o momento, em que data Manoel Murinho assumiu o posto, cf: APMT. *O Matto Grosso*, Cuiabá, 11 de mai. de 1890. Gazetilha, p. 2

²² APMT. Partido Republicano. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 20 ago. de 1890. Gazetilha, p. 1.

noel de Faria e Albuquerque para a Câmara Federal.²³ Esse resultado garantiu ao Partido Republicano somente duas vagas, uma no Senado para Joaquim Murinho e outra na Câmara Federal para Antônio Azeredo. Os dois, que moravam no Rio de Janeiro, por lá continuariam após a eleição. Por outro lado, Antônio Maria Coelho alçava-se como chefe local do Partido Nacional Republicano.

O resultado das eleições de 15 de setembro de 1890, com expressiva vitória do Partido Nacional Republicano, acabou reforçando a sensação de poder em Antônio Maria Coelho. Daí em diante, as perseguições aos partidários da oposição se acirraram.

Em um só ato, o general demitiu o 1º. e 2º. Suplentes e Delegado da Capital, o Engenheiro de Obras Públicas, o Coletor, o escrivão de feitos da Fazenda, o ajudante de impressor da Tipografia Oficial, o Secretário do Tesouro, o amanuense da Secretaria de Governo, todos a bem do serviço público e da moralidade da administração [...] E mais, baseado nos mesmos fundamentos, suspendeu os funcionários do Tesouro Público, o Juiz de Direito de Livramento e até o da capital, Manoel Murinho²⁴.

Diante do resultado político alcançado na eleição de setembro de 1890, Antônio Maria Coelho começou a preparar o terreno para a formação da primeira Assembleia mato-grossense. Além da demissão dos oponentes, o Presidente do estado nomeou 21 oficiais para “reforçar” o contingente da Guarda Nacional na Capital como forma de evitar que seus oponentes tentassem tramar contra seu governo.²⁵

Ao convocar os cidadãos comuns para se alistarem com o objetivo de aumentar o efetivo das tropas, nos parece claro que o objetivo de Maria Coelho era não correr qualquer risco e, assim, garantir o resultado do pleito. Confiante em sua estratégia, e diante dessa certeza, ao receber o Decreto Federal nº 802

²³ APMT. *A Gazeta Oficial*. Cuiabá, 23 de set. de 1890. Seção Noticiosa, p.3.

²⁴ CORRÊA FILHO, Virgílio. *A República em Mato Grosso*. Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. Ano XV, Tomo XXIX e XXX. Cuiabá, 1933, p. 14. Todas as demissões mencionadas por Virgílio Corrêa Filho constam na *Gazeta Oficial*. Cabe notar que as demissões foram publicadas em setembro de 1890, após o resultado das eleições para o Senado e a Câmara Federal.

²⁵ PORTELA, Lauro Virginio de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação. Mestrado em História, Instituto de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, p. 71.

que dispunha sobre a convocação de eleições para a formação das Assembleias Constituintes Estaduais, o Presidente de Mato Grosso não titubeou e marcou²⁶ as eleições para 03 de janeiro de 1891.

Mesmo ciente das atitudes tomadas pelo Presidente do estado, o Partido Republicano saiu a campo: distribuiu “um manifesto aos seus correligionários, animando-os e convidando-os a concorrer às eleições de janeiro”.²⁷ O Partido Nacional Republicano, por sua vez, intensificou a mobilização das tropas, enviando reforço para os municípios para “supervisionar” o desenrolar da eleição. Além disso, procurou desarticular a atuação dos principais membros do partido adversário.

Quatro dias depois do manifesto republicano, (...), tendo corrido por esta cidade [Cuiabá] o boato da demissão dos cargos de governador e comandante das armas, alguns republicanos, satisfeitos naturalmente com a notícia, queimaram foguetes em sinal de regozijo.

Isso foi o bastante (...); determinou-se que fossem imediatamente presos o dr. Manoel Murtinho, 1º. vice-governador do estado (...), o tenente coronel José Magno da Silva Pereira, redator de *O Mato Grosso* (...) e o tenente Emílio do Espírito Santo Rodrigues Calháo, proprietário do *Mato Grosso*²⁸.

As notícias sobre a demissão de fato não eram infundadas. Em 31 de dezembro de 1890, Deodoro baixou Decreto exonerando Antônio Maria Coelho e nomeando para o posto o Coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, militar do Exército, e que participou ativamente dos acontecimentos que culminaram com a Proclamação da República.

Mais uma vez, a falta do telégrafo dificultou a chegada das notícias a Mato Grosso. Sem saber das mudanças postas em curso, a eleição de 03 de janeiro transcorreu como planejado, garantindo, assim, a eleição para a Assembleia Constituinte Estadual aos candidatos do Partido Nacional. Era só o início de uma

²⁶ A chamada para as eleições à Assembleia Estadual Constituinte foi publicada na *Gazeta Oficial* de 18 de novembro de 1890. Cf: APMT. Decreto 39, de 15 de Novembro de 1890. *Gazeta Oficial*. Cuiabá, 18 de nov. 1890, p.1.

²⁷ APMT. Aproximam-se as eleições de 3 de janeiro de 1891 - Prisões na noite de 10 de dez. de 1890. Manifesto do governador; Manifesto do partido republicano. *O Mato Grosso*, Cuiabá, 17 de jan. de 1892, Estudo Político p. 4.

²⁸ APMT. Aproximam-se as eleições de 3 de janeiro de 1891 - Prisões na noite de 10 de dez. de 1890. Manifesto do governador. Manifesto do partido republicano. *O Mato Grosso*, Cuiabá, 17 de jan. de 1892, Estudo Político p. 4.

série de ações e agitações que elevariam a temperatura política, tanto no plano federal como no estadual, no ano de 1891.

Diante da chegada do Cel. Sólon em Cuiabá, a 15 de fevereiro, investido da autoridade conferida pelo Decreto Presidencial, Antônio Maria Coelho não opôs resistência e entregou pacificamente o cargo. Porém, não terminaram aí suas pretensões ao poder. Nos bastidores, tramou e colocou em prática seus planos para retomar o cargo perdido.

Para tentar colocar a ordem republicana nos trilhos, Sólon convocou novas eleições, garantindo ao Partido Republicano a composição de uma nova Assembleia Constituinte. O pleito, transcorrido em 28 de maio, não paralisou as atividades iniciadas pelos constituintes eleitos em Janeiro pelo PRN. Daí em diante, os trabalhos para a elaboração da Constituição Estadual seguiram sendo feitos por dois grupos de constituintes: um do Partido Nacional outro do Republicano.

A permanência de Sólon à frente do governo estadual durou poucos meses. Alegando razões de saúde, o Coronel partiu em direção ao Rio de Janeiro em junho de 1891, sendo substituído pelo também Coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet

Já empossado no cargo, Mallet tentou acalmar os ânimos das lideranças mato-grossenses, reunindo Antônio Maria Coelho e os membros dos diretórios dos Partidos Republicano e Nacional, para tentar por fim à duplicidade de Assembleias Constituintes e encaminhar a sucessão ao governo do estado. *O Matto Grosso* reproduziu os termos da reunião e ratificou a concordância de ambas as partes. Aparentemente, o conflito tinha chegado ao final. Nessa mesma publicação, também foi redigido um manifesto com o título “Unamo-nos” que fazia um chamamento à conciliação nos seguintes termos:

Os homens de boa vontade; aqueles que sentem correr pelas veias o verdadeiro sangue brasileiro e amam sinceramente esta nossa grande e formosa pátria, devem unir-se ao nosso ilustre administrador para que a sua obra seja a mais válida e duradoura. Na crise atual devemos todos ter o procedimento daqueles dois chefes gregos que, inimigos irreconciliáveis, esqueciam seus rancores pessoais quando, juntos, tratavam dos sagrados e supremos direitos da pátria.²⁹

²⁹ APMT. Unamo-nos. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 12 jun. de 1891, p.2

Mas a aparência de união se dissipou em poucos dias. Mais uma vez Antônio Maria Coelho voltou atrás. Em face da posição adotada pelo General e pelo Partido Nacional, e também de posse da informação da anulação da Assembleia Constituinte eleita em 03 de janeiro de 1891 pelo então ministro da Justiça, Manoel de Campos Salles, o Governador João Nepomuceno Medeiros Mallet reconheceu a Constituição elaborada pelo Partido Republicano e deu encaminhamento à eleição para o cargo de Governador do Estado, que ocorreu por voto indireto.

No pleito, realizado em 15 de agosto de 1891, elegeu-se a chapa formada por Manoel José Murтинho, como Governador, Generoso Paes Leme de Souza Ponce, 1º. Vice-Governador, José da Silva Rondon 2º. Vice-Governador e Pedro Celestino Correa da Costa como 3º. Vice-Governador. O novo Governador tomou posse em 16 de Agosto, momento em que a política federal passava por séria turbulência.

Nesses primeiro momentos da República em Mato Grosso, o uso da imprensa pelos grupos que pleiteavam o controle político de Mato Grosso nos permite evidenciar o caráter fundamentalmente político-partidário dos principais periódicos da imprensa local. Ao analisar esses jornais, podemos perceber a construção das estratégias de parte a parte, compreender as formas de cooptação de sujeitos e opiniões, mapear as posições dos partidos e os argumentos que embasavam a defesa dos interesses de cada grupo. Mais do que isso, os periódicos aqui mencionados informam sobre os próprios eventos, descrevendo o cotidiano das movimentações dos políticos em geral. A notória preocupação com a descrição, mesmo que sob o prisma que mais interessava aos editores, caracteriza os jornais de Mato Grosso uma vez que os mesmos estão inseridos no conjunto das folhas que aqui denominamos de pequena imprensa.

Ao contrário do que se via em grandes centros, onde à época a modernização dos meios de comunicação já havia modificado a estrutura e ampliado o campo de cobertura do jornalismo, fazendo com que a grande imprensa tivesse um alcance maior e com temas variados diante da opinião pública³⁰, em cidades

³⁰ Não desconhecemos o fato de que esse cenário de protagonismo grandes dos jornais, vislumbrado, sobretudo, em cidades do porte de algumas capitais, não deixou de conviver, todavia, com a chamada pequena imprensa e com os veículos alternativos, jornais operários e de nichos específicos. Todavia, dadas as dimensões da discussão aqui apresentada, não nos deteremos em caracterizar e/ou estabelecer comparações entre as formas de imprensa do período.

de menor porte, como era o caso de Cuiabá, e mesmo em muitos outros estados, a chamada grande imprensa chegou mais tardiamente. Nessas localidades,

(...) a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial, no início do século XX; são raros os jornais [de estados de menor expressão política e econômica] com estrutura de empresa. Mas a matéria principal deles é também a política, e a luta política assume, neles, aspectos pessoais terríveis, que desembocam, quase sempre, na injúria mais vulgar³¹ (SODRÉ, 1999, p. 324).

Desse modo, os jornais mato-grossenses de finais do século XIX e início do XX ainda tinham as feições da chamada pequena imprensa. Devido às condições da economia local e ao reduzido contingente populacional, os jornais permaneceram nas mãos de chefes partidários não preocupados com os aspectos econômicos da venda dos mesmos, tampouco com a opinião do público em geral, já que publicavam matérias que dialogavam especialmente com o político concorrente. Por isso mesmo, em Mato Grosso e em regiões onde não houve grandes incrementos na transformação dos parques gráficos, a exemplo do que acontecia na capital do Brasil em décadas anteriores, “os jornais não noticiavam: produzem acontecimentos”³².

O que queremos enfatizar são duas dimensões que consideramos fundantes da produção dos jornais aqui mencionados: ao mesmo tempo em que descrevem os acontecimentos oferecendo pistas valiosas para a narrativa dos embates políticos em Mato Grosso, também informam sobre os valores e ideias que diferenciavam os projetos futuros de cada grupo; afinal, como insistiu Eni Orlandi³³, toda palavra escrita produz um discurso.

³¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª Ed. (ampliada). Rio de Janeiro: Mauad, 199, p. 324.

³² LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos*. A guerra dos jornais na Independência (1821-1823). São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 16. Embora o início do século passado tenha marcado o advento da grande imprensa, conforme analisado por inúmeros historiadores, é fato que os pequenos e médios órgãos de imprensa, além das publicações alternativas não deixaram de ter papel importante na circulação de notícias e ideias, mesmo nas grandes cidades. Acerca da imprensa nos estados após a Proclamação da República, Nelson Werneck Sodré afirma que, na maior parte deles, continuou existindo a chamada pequena imprensa. Segundo o autor, na passagem do século XX para o XIX, eram “raros os jornais (...) com estrutura de empresa”, observa ainda que o móvel desses órgãos de imprensa era a política. Sobre esse assunto ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.*

³³ Orlandi, Eni d Lourdes P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2008.

Ainda não se tem uma discussão esboçada sobre o uso político da imprensa mato-grossense. Mas, talvez, um dos motivos que explica essa estreita ligação entre imprensa e política seja a carência de concretude e significado histórico da experiência partidária bem como a falta de uma sociabilidade partidário-republicana. Seja como for, é notório que em Mato Grosso muitos jornais tornaram-se a voz de grupos ou de atores políticos que substituíam o embate ideológico e intelectual intrapartidário pelo debate através das páginas do jornal.

O enfrentamento armado põe fim à disputa entre as facções em conflito

Outra estratégia que se tornou comum às facções que polarizam a luta pelo controle do poder em Mato Grosso ao longo da Primeira República foram os enfrentamentos armados. O primeiro, ocorrido em 1892³⁴, envolveu o embate entre as forças capitaneadas por partidários de Antônio Maria Coelho, de um lado, e de Generoso Ponce, de outro, logo após a eleição de Manoel Murtinho, em agosto de 1891, para o governo do estado.

A oportunidade investir contra Murtinho ocorreu por ocasião da renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca ao cargo de Presidente da República³⁵. Alegando que Manoel Murtinho teria dado apoio à tentativa de Deodoro da Fonseca para dissolver o Congresso Nacional em 03 de novembro de 1891, tramaram o golpe. Naquela ocasião, Mato Grosso viveu o que a historiografia local consagrou como a primeira “revolução mato-grossense”.

³⁴ Ao longo dos primeiros anos da República foram comuns os enfrentamentos armados, gerados por disputas pelo controle político em Mato Grosso. Entre os mais célebres estão os conflitos de 1892, 1899, 1906 e 1916.

³⁵ A coalizão republicana que esteve unida momentaneamente, por ocasião do golpe que pôs fim à Monarquia, gradativamente se fragmentou. Por ocasião da eleição que escolheria, através do voto, o primeiro Presidente da República do Governo Provisório, Deodoro da Fonseca, saiu-se vitorioso. Todavia, as disputas entre o Executivo e o Legislativo, e diversas outras divergências demonstram profundas clivagens entre os “fundadores” do novo regime. Desse modo, as pressões advindas do ato de Deodoro para dissolver o Congresso levaram-no à renúncia, em novembro de 1891.

O levante reuniu, no início de 1892, as tropas dos quartéis localizados em Nioaque, Miranda e Corumbá³⁶, no sul do antigo Mato Grosso³⁷. Capitaneados pelo Coronel João da Silva Barbosa e pelo Major Antônio Aníbal da Motta, tomaram o controle da intendência de Corumbá e ali instalaram uma Junta Governativa.

Depois de obter o controle do porto fluvial de Corumbá³⁸, os militares, liderados pelo Major Antônio Aníbal da Motta, Deputado pela extinta Assembleia de 03 de Janeiro, e sobrinho de Antônio Maria Coelho, encaminharam-se para a capital, Cuiabá, e sem encontrar maiores resistências visto que o Comandante do Arsenal de Guerra, João Maciel da Costa, não se posicionou contrário ao levante, depuseram, em 01 de fevereiro, o governo de Manoel Murтинho. A estratégia era, obviamente, tomar o poder pela força das armas. Para isso,

(...) uma comissão de oficiais, encabeçada pelo major e deputado Caetano Manuel de Faria e Albuquerque, entra na residência presidencial (casa particular de Manoel Murтинho). Caetano de Albuquerque, sempre propenso a discursos, começa a falar. Intima o mandatário, “*em nome do povo, a deixar o alto posto*”.

O presidente o interrompe “*Povo não, só vejo soldados*”.³⁹

Entre os meses de fevereiro e maio de 1892, instalou-se, em Mato Grosso, um cenário de caos político.⁴⁰ A primeira medida dos militares foi entregar o poder a uma Junta Governativa que representasse o poder do PNR. Como

³⁶ Parte do apoio ao levante militar veio dos comerciantes corumbaenses, pois como afirma Valmir Batista Correa, estes comerciantes estariam descontentes com o aumento de impostos realizado pelo governo de Manoel Murтинho. Sobre o assunto ver: CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso* (1889-1943). Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, pp. 95-98.

³⁷ A referência “antigo sul de Mato Grosso” ocorre porque depois da divisão do Estado, ocorrida em 11 de outubro de 1997, os municípios acima mencionados (Miranda, Nioaque e Corumbá) passaram a integrar o Estado de Mato Grosso do Sul.

³⁸ Corumbá era o principal entreposto comercial de Mato Grosso, bem como importante ponto de comunicação e acesso entre a capital do Estado, Cuiabá, e a capital federal, o Rio de Janeiro. Desse modo, controlar esse porto era vital para qualquer tentativa de levante.

³⁹ PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952, p. 90, grifos do autor.

⁴⁰ Nesse mesmo período, ou seja, entre a queda do governo Deodoro da Fonseca e a nomeação de Floriano Peixoto como Presidente da República, além dos conflitos em Mato Grosso e o início da Revolução Federalista também aconteceram tentativa de sedições e/ou enfrentamento armados nos estados de São Paulo, Amazonas, Ceará e Pernambuco, conforme menciona CAMPOS SALES, Manoel Ferraz de. *Da propaganda à Presidência*. Lisboa: Tipografia A Editora, 1908, p. 116

Antônio Maria Coelho, símbolo maior da oposição, encontrava-se no Rio de Janeiro, tomou seu lugar na Junta Governativa seu sobrinho, o Major Antônio Aníbal. Além do Major, a Junta foi composta por Luís Benedito Pereira Leite, 1º. Vice-Presidente eleito pela Assembleia de 03 de janeiro, e pelo Presidente da referida Assembleia, José Marques Fontes. Dois dias após a instalação da Junta, o governo passou efetivamente para as mãos do Coronel da Guarda Nacional, Luis Benedito Pereira Leite.

Em meio aos acontecimentos, Generoso Ponce escreveu para o Coronel Frederico Sólón, que havia sido governador de Mato Grosso em 1891, para que esse intercedesse em favor de seu grupo junto ao Marechal Floriano.⁴¹ Para buscar esse auxílio, organizou a reação do Partido Republicano em duas frentes. Manoel Murinho, o Presidente deposto, viajou para o Rio de Janeiro para arregimentar mais apoio político; seu aliado, Generoso Ponce, que também era Coronel da Guarda Nacional⁴², saiu a campo, percorrendo diversos municípios para reunir correligionários, homens e armas que compusessem uma força armada. Com os esforços de Ponce junto a outras lideranças políticas formou-se a *Legião Patriótica Floriano Peixoto*⁴³ que retornou à Capital e montou acampamento nos arredores da cidade, aguardando os desdobramentos da situação.

Ao longo do mês de março, chegou a Cuiabá a notícia de que o governo do General Floriano Peixoto havia nomeado para o comando de Mato Grosso o General Luis Henrique de Oliveira Ewbank.⁴⁴ Ao tomar conhecimento da movi-

⁴¹ IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Carta de Generoso Ponce ao Coronel Frederico Sólón de Sampaio Ribeiro. Cuiabá, 04 de fev. de 1892. Lata 558, pasta 82.

⁴² Generoso Ponce foi nomeado para o comando da Guarda Nacional em Mato Grosso em Agosto de 1890 e assumiu o cargo em Fevereiro de 1891 depois da queda Antônio Maria Coelho. Cf: PORTELA, Lauro Virgínio de Souza. *Op. cit.*

⁴³ As Legiões Patrióticas são formações que assemelhavam a milícias. No Brasil surgiram após a Proclamação da República com intuito de defender o novo regime ante a ameaça de restauração monárquica. Tinham formação social heterodoxa e multiplicaram-se no período do governo de Floriano Peixoto. O emprego dessas forças era uma das formas de ação dos jacobinos na defesa de suas bandeiras políticas. Em Mato Grosso, em 1892, as legiões tinham a finalidade de defender as posições políticas de Generoso Ponce e Antônio Maria Coelho, ou seja, não tinham qualquer ligação com a ação dos grupos jacobinos. Sobre o caráter e atuação das legiões, ver: QUEIROZ, Suely Robles R. de. *Os Radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1987. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, pp. 84 e ss.

⁴⁴ Observando o curso dos acontecimentos, percebe-se que a situação inicial, favorável ao General Antônio Maria Coelho e ao PRN, logo começou a se reverter. É possível inferir que, ciente da

mentação do governo federal, as lideranças do movimento em Corumbá se alarmaram e de Cuiabá enviaram o seguinte telegrama aos jornais do Rio de Janeiro:

O povo reunido em massa repele a nomeação do general Ewbank. A repulsa é geral, a atitude enérgica, e a revolução firme. O general não assumirá o governo, porque este estado tem Governo Constitucional.⁴⁵

Para além de repudiar a ação do governo federal, o controle do movimento em Corumbá impediu que o General nomeado por Floriano Peixoto aportasse naquela cidade. Conforme observou Corrêa⁴⁶:

A decisão de impedir o general de assumir o comando do Distrito Militar trouxe, então, várias implicações para o movimento *revolucionário*. Assim, representa uma ruptura da disciplina militar e a desobediência direta ao poder central, que o Partido Republicano bem soube catalisar para angariar a simpatia do governo federal (...), (grifo do autor).

Enquanto os homens de Ponce permaneciam no acampamento acompanhando o desenrolar dos acontecimentos, um fato novo contribuiu para precipitar o desfecho do conflito que havia colocado em lados opostos as facções políticas em Mato Grosso.

Na manhã do dia 07 de Maio de 1892, Libano Horácio dos Santos, guarda-livros da empresa Firmo & Ponce, atravessava a praça da Matriz, no centro de Cuiabá, quando foi interpelado pelo Capitão Norberto Idelfonso Muniz que, juntamente com Tenente Gabriel Mamede de Araújo e Silva e o alferes Joaquim Augusto de Azevedo Saldanha, encontrava-se em frente ao 21º Batalhão situado num dos limites dessa mesma praça. Ao atender o chamado do militar, Libano foi levado para as dependências do batalhão onde foi assassinado.

De acordo com relato de Miguel Palermo⁴⁷, a notícia correu as ruas de Cuiabá rapidamente e, menos de duas horas depois, chegou ao acampamento das

perda do controle político da situação que se desenrolava em Mato Grosso, em razão da nomeação do General Ewbank e da movimentação de seus adversários, Antônio Maria Coelho tenha se posicionado contra Floriano Peixoto, assinando o manifesto dos Generais pedindo a fim do governo do Marechal. Essa postura selou o destino do levante promovido por seus correligionários em Mato Grosso.

⁴⁵ Discurso citado por: PONCE FILHO, Generoso. *Op. cit.*, p. 97.

⁴⁶ CORRÊA, Valmir Batista. *Op. cit.*, p. 98.

⁴⁷ PALERMO, Miguel A. *Nioac – evolução política e revolução de Matto-Grosso*. Vila Concepção: El Eco de la Campana, 1892, p. 111.

tropas de Generoso Ponce. Diante daquele acontecimento, Generoso Ponce não tergiversou; conduziu seus homens em direção ao centro e tomou de assalto a capital de Mato Grosso.

Em poucos dias, as principais lideranças da sublevação deixaram a cidade. Todavia, um pequeno grupo, sob a liderança do Capitão Norberto Ildefonso Muniz e do Tenente Gabriel Mamede de Araújo e Silva, os mesmos que haviam assassinado o guarda-livros de Generoso Ponce, continuaram resistindo nas instalações do 21º Batalhão de Infantaria. Porém, a superioridade bélica do “inimigo” acabou colocando termo à resistência daquele grupo e ao combate como um todo.

Ao final da refrega, um acordo de rendição foi negociado, os militares aceitavam entregar-se sob a condição de terem suas vidas preservadas. Todavia, enquanto eram conduzidos ao prédio do Arsenal de Guerra onde permaneceriam presos, os militares foram assassinados em retaliação à morte do guarda-livros de Generoso Ponce.⁴⁸ O fim das lutas em Cuiabá não tinha, entretanto, significado a pacificação total do estado.

Apesar de consolidado seu poder na capital, restava ainda a Ponce derrotar as forças rebeldes de Corumbá e do restante do sul do estado (...) Ponce deslocou-se com seu *exército* para o sul e contou com as forças do PR nas regiões de Nioaque e Miranda (...) Após 5 meses de lutas, a vitória das forças governamentais consolidou o poder do Partido Republicano no estado e a aliança *oligárquica* Ponce e Murtinho⁴⁹ (grifos do autor).

A vitória do grupo poncista sobre os partidários do PN(R), em maio de 1892, garantiu a recondução de Manoel Murtinho ao governo de Mato Grosso e alijou Antônio Maria Coelho, definitivamente, do cenário político local. Muitos dos partidários do velho General, ao contrário, permaneceram atuantes, compondo-se com o grupo vencedor ou rearticulando-se sob novas bases de atuação.

⁴⁸ Os dados referentes ao número de mortos não são precisos. Em seu livro, o Almirante Custódio de Mello menciona um total de 18 mortos e, aproximadamente, 70 feridos. Miguel A. Palermo menciona um total de 100 mortos nos combates e Lauro Virgínio Portela, com base na mensagem apresentada por Generoso Ponce à Assembleia Legislativa, em 1892, menciona um total de 14 mortos. Sobre o assunto, ver respectivamente: MELLO, Almirante Custódio José de. *O governo provisório e a revolução de 1893*. Tomo I. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 155; PALERMO, Miguel A. *Op. cit.*, p. 119; PORTELA, Lauro Virgínio de Souza. *Op. cit.*, p. 82. Em relação ao assassinato dos militares, ocorrido ao final do conflito, embora a historiografia não faça alusão explícita ao comportamento de Generoso Ponce, é bom lembrar que essa não foi a única vez que um seu desafeto pagou com a vida a conta de divergências políticas.

⁴⁹ CORRÊA, Valmir Batista. *Op. cit.*, p. 104.

Do ponto de vista das disputas políticas, a vitória pelas armas contribuiu para ampliar “a capacidade de mando”, revigorar e nobilitar o vencedor. Como observa João Edson de A. Fanaia⁵⁰:

Neste universo complexo de disputas, a *honra* não era apenas um detalhe, mas acima de tudo condição *sine qua non* definindo o espaço que cabia ao vitorioso, num amalgamento de respeito e temor onde a reverência não deixava de ocupar lugar de destaque (grifo do autor).

De outro modo, o desfecho do conflito que marcou a vitória das tropas ar-regimentadas por Generoso Ponce, consolidou da aliança entre ele e os irmãos Murtinho. O fim desse episódio, todavia, não colocou um ponto final na conflituosa relação política que se estabeleceu em Mato Grosso no período republicano; ao contrário, apenas enunciou o que estava por vir.

Algumas considerações

Pensar a imprensa como uma das estratégias utilizadas nos embates políticos verificados em Mato Grosso nos permite compreender que os partidos políticos que surgiram sob a égide do regime republicano, particularmente nos anos iniciais da Primeira República, ao mesmo tempo em que descreviam os eventos políticos e o cotidiano das disputas partidárias, procuravam, através dos jornais, narrar para a produção de sentido que corroborasse com a ambição política do grupo do qual faziam parte.

Nos que diz respeito aos enfrentamentos armados, outra face das mesmas disputas, eles revelam que o uso da violência com fins político-partidários traz em si a inobservância das regras que pautavam o exercício da política-partidária; todavia, se o conflito estava despido da “tessitura” legal “,ao menos estava permeado de legitimidade e para a resolução, mesmo que provisória das contendas, já bastava”, como bem observou João Edson de Arruda Fanaia (2006, p. 179).

Desse modo, no raiar dos novos tempos, período em que a República tinha à frente apenas um horizonte de incertezas, caracterizado por um *vir a ser* de

⁵⁰ FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)*. 2006. 291 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, p. 161.

feições ainda indefinidas, o uso das armas para a conquista do poder demonstra, em grande medida, que, para muitos dos novos protagonistas, mais do que um conjunto determinado de valores, o novo regime representou a oportunidade de tomar posse de um domínio político.

